

Um passeio com Mezan pela sociedade, cultura e psicanálise de nosso tempo

Caterina Koltai

Resenha de Renato Mezan, *Sociedade, Cultura, Psicanálise*, Londres, Karnac Books, 2015, 356 p.

Caterina Koltai é socióloga e psicanalista, professora aposentada da PUCSP, autora de *Política e Psicanálise: o estrangeiro* (Brasiliense), e *Totem e Tabu, um mito freudiano* (Civilização Brasileira).

Se a resenha de um livro nunca é tarefa fácil, deparo aqui com um desafio suplementar, o de me propor a resenhar um livro que me capturou, entre outras coisas, pelo conjunto de resenhas e prefácios que Renato escreveu para e sobre livros de colegas. Os doze textos que compõem a quarta parte do livro não são apenas um primor: revelam um autor generoso, que sabe dialogar com seus pares, e leva a sério sua afirmação de que conhecer o trabalho dos colegas não só é parte integrante da vida cultural, como exige esforço – porque nos obriga a entrar no mundo dessa outra pessoa.

É com seu exemplo em mente que tentarei entrar “em seu mundo” e dialogar com os artigos que mais me tocaram em *Sociedade, Cultura, Psicanálise* – belo exemplo de livro de Psicanálise aplicada ao entendimento de fenômenos sociais ou políticos, crenças, obras de arte, ou seja, às diversas dimensões do humano, ainda que não pertençam ao âmbito da Psicanálise enquanto prática terapêutica.

Dividido em quatro partes, esse instigante livro de Mezan aborda em sua primeira parte questões da vida social; na segunda, obras da cultura; na terceira, temas mais propriamente psicanalíticos; na quarta, a obra de seus colegas. Seu método, sempre que o assunto tratado o permita, o leva primeiro a contextualizar historicamente o tema, para só depois se aventurar a sugerir hipóteses de cunho psicanalítico. Gosto disso porque desse modo o livro deixa ser obra de “especialista”. Dito isso, vamos acompanhar o autor em sua empreitada.

Começo cronologicamente pela parte I, intitulada Sociedade, na qual três artigos me tocaram particularmente: “Os que não foram heróis: sobre a submissão dos judeus ao terror nazista”, pela originalidade e importância do tema, e os dois seguintes, “Nasrah e seus irmãos: sobre os limites da tolerância”, e “Intolerância: um olhar psicanalítico”, que abordam um problema que me é particularmente caro, na medida em que remete à nossa capacidade de lidar com aquilo que nos é estrangeiro, além de dizer respeito a uma das grandes questões de nossa contemporaneidade.

O primeiro desses textos revela um autor que se recusa ao lugar comum e se nega a aceitar a tese de que os judeus teriam se submetido passivamente ao nazismo. Apoiando-se, em parte, em Hannah Arendt e seu já famoso *Eichmann em Jerusalém: um ensaio sobre a banalidade do mal*, entra no âmago do regime nazista, para partilhar com seu leitor o horror instaurado por esse regime, assim como se perguntar sobre as consequências psíquicas do terror que atingiu indiscriminadamente todos aqueles que a ele foram submetidos. Feito isso, tenta vislumbrar o que tornou possível o levante do Gueto de Varsóvia, e seu verdadeiro significado.

Assim como grande parte dos demais artigos, esse também começa por uma retrospectiva histórica, e o leitor só pode agradecer. Precisamente no caso deste, seu método permite que o leitor menos avisado quanto ao tema possa entender quando o levante se tornou historicamente possível e plausível, além de desmistificar a ideia de que os judeus foram cúmplices de sua própria destruição, como se ela só tivesse sido possível graças à suposta “submissão dos judeus”. Mezan refuta essa ideia, ainda que reconheça que num primeiro momento eles aceitaram, sim, as medidas discriminatórias do Estado nazista por reconhecerem nele a legalidade e legitimidade do Estado constituído, o que não o impede de ressaltar que aceitar e aprovar não são sinônimos. Quando, com o início da guerra, o regime se tornou abertamente totalitário, os judeus não estavam preparados para compreender a natureza inédita do genocídio ao qual estavam sendo submetidos, parecendo-lhes, no início, apenas uma nova figura do antissemitismo.

Precisaram de um tempo para entender, e acabar com a ilusão de que obedecer seria sinônimo de viver, e rebelar-se, de morrer, e é para explicar essa ilusão que Mezan recorre à teoria psicanalítica, a única capaz de dar conta da divisão do sujeito.

Para compreender o que de fato aconteceu, o autor recorre à obra de Piera Aulagnier, cuja teoria da alienação nos ajuda a entender por que, num primeiro momento, os judeus foram levados a participar disciplinadamente do próprio extermínio. Face à realidade imposta pelo totalitarismo nazista, ao sujeito que tentava sobreviver psicologicamente só restava a estratégia de negar essa realidade. Não, os judeus não foram masoquistas: apenas se viram expostos ao terror que, como afirma a autora, é uma ameaça ao pensamento que produz alienação e autoengano, nos termos de Arendt. Mais que compreensível, portanto, que os judeus tenham precisado de um tempo para entender a realidade delirante à qual estavam expostos, se conscientizarem de que o que estava em jogo não era mais *viver ou morrer*, mas *como morrer*. A partir desse momento, o levante se tornou psicologicamente possível, e a rebelião, viável, uma vez que aqueles que reagiram foram capazes de recusar a “morte fácil” que os nazistas ofereciam e escolher a própria morte. O levante do gueto de Varsóvia passou para a História como um ato heroico que surpreendeu o mundo.

Antes de concluir, gostaria ainda de me deixar levar pelas minhas próprias associações em torno do significativo “servidão”, apenas para lembrar que, embora tenhamos tendência a pensar que o homem moderno é um ser em contínua procura de liberdade e autonomia, na verdade ele é muitas vezes passivo, submetido à vontade do outro e ao poder político. Ou, para ser mais exata, ele é ambas as coisas: ao mesmo tempo que deseja a liberdade, cede à servidão voluntária, como já dizia La Boétie, um dos primeiros a tentar decifrar o enigma da submissão ao poder. E essa ambivalência não foi prerrogativa dos judeus sob o nazismo. Aliás, não custa lembrar que Freud fundou o poder no coração do mito e renovou em profundidade a compreensão da submissão do humano a ele. É só lembrarmos de *Totem e Tabu*, no qual ele nos apresentou a passagem do poder absoluto do pai da horda a um primeiro pacto dos irmãos, até o surgimento do contrato social, de *Moisés e o Monoteísmo*, onde retoma a importância da renúncia – ou seja, da proibição do incesto – para a organização social, e de *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, no qual se debruça sobre o grande homem e a psicologia das massas.

Para concluir, retorno à bela e justa conclusão de Mezan nesse artigo, na qual diz dos que foram capazes de se revoltar e dizer não à tirania: “essa recusa, por alto que seja seu valor moral, não estava ao alcance da imensa maioria dos judeus. Não acrescentemos ao seu triste destino, ao silêncio em que foram assassinados, a injúria de os acusar de terem ido para o sacrifício como carneiros”.

O segundo texto dessa parte é “Nasrah e seus irmãos: sobre os limites da tolerância”, que remete às dificuldades vividas pelos muçulmanos na Holanda e aos integristas. O texto foi originariamente apresentado numa conferência do ciclo “Fronteiras do Pensamento”, como comentário a um fato verídico relatado por uma ativista dos direitos humanos, Ayan Hirsi Ali.

Mezan começa afirmando que a história relatada apresenta duas dimensões: uma político-social e outra de ordem propriamente psicológica. E nem poderia ser diferente, uma vez que toda vez que abordamos o tema do exílio, das migrações, dos integristas e da xenofobia somos obrigados a entender o fenômeno migratório tanto do ponto de vista histórico, político e econômico quanto do ponto de vista da psique de quem abandona sua terra natal e sua língua materna, assim como daquele que frequentemente se sente invadido pelo estrangeiro. Nem preciso dizer que esse texto – e o seguinte – são muito bem-vindos num livro de Psicanálise que aborda fenômenos sociais, visto que basta lermos o jornal cotidianamente para nos sentirmos implicados com aquilo que acontece a milhares de seres humanos no Oriente Médio e África, obrigados a fugir de perseguições políticas, religiosas ou apenas da miséria econômica, para tentar refazer suas vidas na Europa, esse velho/novo mundo, nem sempre acolhedor e compreensível para eles.

Como pontua Mezan, é preciso diferenciar o século XIX e primeira metade do XX dos tempos atuais, em que dominam o multiculturalismo e o politicamente correto. Ele está coberto de razão ao assinalar essa diferença, já que foi a partir da segunda guerra mundial que se deixou de falar de raças e começamos

a falar de etnias, identidades e culturas. E eu acrescentaria que, quanto mais a globalização avança, mais se desenvolve o multiculturalismo como reivindicação de uma identidade inalienável.

Feito isso, nosso autor vai se debruçar sobre a dimensão psicológica dos problemas com os quais podem se defrontar aqueles que se vêm forçados a deixar o seu país. No caso, trata-se de um pai que precisou fugir da Somália por motivos políticos e aporta na Holanda com oito filhos a tiracolo, após sua esposa ter morrido na viagem. Confrontado à tarefa de cuidar de sua prole, fica paralisado e não sabe o que fazer. Não aprende a língua, não procura trabalho, não manda as crianças para a escola; estas, sentindo-se perdidas e sem chão, vão se tornando agressivas. A reação do pai não tem nada de surpreendente, pois é bem sabido que toda experiência de imigração é desestabilizadora e sofrida, ainda que nem todos reajam a ela da mesma maneira. Afinal, espera-se do migrante que aprenda a nova língua e se adapte às novas formas de convivência, para que possa transformar a terra de acolhimento em lugar de vida.

Mas nem todos são capazes disso, e esse pai não o foi. Quanto aos filhos, a questão é mais complexa, pois num determinado momento se verão obrigados a ter que optar entre os valores paternos e os do novo país. Convencidos por uma assistente social a se comportar segundo as regras do país de acolhimento, não tardam a fazê-lo, fato esse que desencadeia a ira do pai: este recupera as meninas, ainda que não tenha nada a lhes oferecer a não ser o integrismo muçulmano. Ele, como tantos outros, se mostrou incapaz de elaborar as transformações identificatórias impostas pelo exílio, e não conseguiu entremear a história do país de origem com aquela do país de acolhimento. Instalou-se na nostalgia e impediu a integração de suas filhas no novo país.

Esse fato questiona não apenas o migrante, mas também as políticas de integração dos Estados que se dispõem a acolhê-los. No caso da Holanda, tentava-se conciliar dois ideais: o de integrar o migrante à sociedade holandesa da melhor maneira possível, mantendo a convicção de que ele tinha o direito de continuar respeitando a cultura de origem. No caso de Nasrah e suas irmãs isso foi impossível, e pôs a nu os limites da tolerância. A verdade é que a tolerância não tem como ser absoluta, nos diz Mezan, com o que concordo integralmente. E em momentos como esse que estamos vivendo a questão só se acirra, de ambos os lados. A verdade é que não há como impor uma suposta igualdade ao outro, e quanto mais o exigimos mais o outro se manifesta como diferente.

Esse belo texto, assim como o seguinte, nos coloca explicitamente o desafio de nos perguntarmos se é possível construir uma sociedade de tolerância que valorize a diferença, sem cair no culto das pequenas diferenças e do politicamente correto. Para tanto, não podemos esquecer que o país de acolhimento tem deveres para com aquele que acolhe, mas que o migrante também os tem em relação ao país que se dispôs a hospedá-lo. Sem isso uma migração não tem como ser bem-sucedida, e o exemplo de Nasrah o confirma. Nisso é característico do mundo em que vivemos, o das reivindicações identitárias embaladas pelo discurso vazio do politicamente correto.

O artigo seguinte – ao qual acabo de me referir – lança um olhar psicanalítico sobre a intolerância, e pode ser lido como uma continuação do anterior, ainda que originariamente tenha sido uma conferência proferida em outro lugar e para outro público. Mais uma vez Mezan é preciso ao mostrar que a tolerância, tal qual a entendemos hoje, é um conceito historicamente datado, que a Psicanálise pode nos ajudar a entender. Em primeiro lugar, ela nos ensina que nada é menos natural no humano que a tolerância para com a diferença do outro, ainda que a vida em sociedade exija conviver com o diferente. Freudianamente, poderia resumir dizendo que a fraternidade está na segregação e o amor do semelhante no ódio ao diferente, a ponto que uma sociedade que se quer fundada no amor desemboca necessariamente em seu oposto, a intolerância. O estrangeiro virá ocupar o lugar daquele que não merece meu amor, e será objeto de agressividade e crueldade. E é para dar fundamento teórico a essa agressividade que Freud, como lembra Mezan, recorre à teoria das pulsões e ao dualismo pulsional, que faz com que, nesse jogo entre Eros e Tânatos, para escapar à autodestruição o indivíduo seja levado a destruir o outro, ainda que sua necessidade de amor contrarie essa pulsão.

Na maioria das vezes, nos lembra ainda o autor, são as pequenas diferenças – postas naquilo que, por

outro lado, se assemelha – que constituem o terreno no qual se fundam os sentimentos de estrangeiridade e hostilidade entre os indivíduos. Posso dizer que, baseada no narcisismo e constantemente alimentada por ele, a intolerância assimila *estrangeiro* a hostil, e não me parece um acaso que o autor conclua seu texto acenando, como já fizera no anterior, para os limites da tolerância. Só posso dizer que ele tem toda a razão, porque é esse limite que as políticas públicas gostariam de esquecer, e que a Psicanálise nos obriga a levar em conta.

Dito isso, passo para a segunda parte do livro, *Cultura*. Dos seis textos que a compõem, vou me deter sobre um que adorei: “Por que lemos romances policiais?” – pergunta que já me fiz várias vezes. Adoro policiais e sempre os li, ainda que durante muito tempo quase em segredo, porque não ficava bem uma candidata a intelectual gostar de romance policial. Pelo menos é o que eu pensava na ingenuidade dos meus 18 anos. Resolvi assumir meu prazer em lê-los no dia em que descobri, não lembro mais onde, que Sartre no final da vida só lia policial. Nem sei se isso é verdade, mas na hora tal informação teve efeito de interpretação, pois pude assumir meu gosto por eles à luz do dia. Nem preciso dizer que a leitura desse texto de Mezan me transportou diretamente para este circuito do prazer ao qual ele se refere. Mas – como em seus textos nada é simples – de lambuja ainda aprendi muito sobre a história do romance policial.

As lembranças apareceram, a de como aprendi inglês lendo Agatha Christie, Dashiell Hammett e Raymond Chandler, uma vez que a curiosidade de descobrir o assassino era maior que minha preguiça de precisar procurar algumas palavras no dicionário, e do quanto me diverti com a irreverência de Arsène Lupin. É com esse mesmo prazer “adolescente” que leio hoje os outros autores por ele citados, que me permitem reencontrar a Itália de minha infância com Montalbano e o comissário Brunetti, partilhar a angústia e os tormentos nórdicos de Kurt Wallander, ou ser seduzida pela inteligência analítica do delegado Espinosa.

Pode não se tratar de uma “literatura de primeira”, como afirmam alguns, mas o fato é que sua leitura é muito prazerosa e lúdica. Quem não gosta de brincar de gato e rato, quem não quer duelar em inteligência com o autor, mesmo sabendo que o risco de perder é grande? Ainda que pouco importe, pois, mesmo que se perca o duelo, ao contrário da vida real isso não estraga o prazer. E se isso assim acontece, nos diz o autor, é porque o encanto se deve em grande parte à transformação de atos de extrema violência num jogo intelectual, que serve de válvula de escape para as nossas emoções.

Confesso que, enredada no circuito de prazer que essa literatura sempre me proporcionou, nunca tinha parado para pensar no porquê. Ainda bem que Mezan o fez por mim, associando esse prazer àquele ao qual Freud se refere em seu texto de 1905, *O Chiste e suas Relações com o Inconsciente*, no qual afirma que o dito espirituoso consiste justamente em dar uma expressão engenhosa e socialmente aceitável para uma intenção ferina, que se formulada de outro modo suscitaria reprovação e não prazer. Tanto no romance policial quanto no chiste deparamos com o mesmo processo, o de um autor que propõe uma espécie de enigma ao ouvinte, obscuro o suficiente para que ele não perceba para onde está sendo levado, a omissão de elementos fundamentais para se chegar à solução procedendo, em ambos os casos, da condensação e do deslocamento.

Essa relação me remeteu, por sua vez, a um texto de Adorno no qual este dizia que o cômico é uma resposta meio amigável e meio hostil ao despeito, uma espécie de desejo de vingança. E, se quiser dar um passo a mais, posso dizer que tanto a trama do romance policial quanto o cômico representado por Charlie Chaplin ou Buster Keaton se dirigem à criança em nós, ao eterno infantil que insiste e persiste. E é justamente esta criança, nos diz Mezan, que a história policial convoca, excita e apazigua. Ele está coberto de razão: ao lermos uma boa história, vibramos como uma criança com a aventura que nos é contada, e uma vez terminada, arquivamos os aspectos mais tenebrosos que tanto nos fizeram vibrar bem longe da consciência. Afinal, conclui ele, era apenas uma história!

Passo agora para a terceira parte do livro, *Psicanálise*. Compõe-se de três artigos: “A Inveja”, no qual faz uma belíssima análise do conto “A Legião Estrangeira”, de Clarice Lispector, “Conrad Stein no Brasil”, e “Prazer de criança: sobre o vínculo entre sublimação e identificação”. Vou me deter nestes dois últimos, porque falam de transmissão e gratidão, dois temas centrais para a Psicanálise, dos quais a meu ver não se

fala o suficiente, ou pelo menos não nos termos que ele faz aqui.

O primeiro deles começa com sua chegada a Paris em 1977, quando jovem doutorando de filosofia que vinha amadurecendo sua vontade de se tornar psicanalista. Liga para Conrad Stein, que não só o recebe como lhe dá cartas de recomendação para alguns colegas, sugere analistas, e o convida para seu seminário no Instituto de Psicanálise. Pergunto-me: como teria sido a estada de Mezan na França sem essa generosa acolhida? Teria ele escrito esse livro, e outros tantos, se isso não tivesse acontecido? É bem provável, mas certamente não leríamos a frase seguinte – a de que foi assim que se iniciou uma das relações mais importantes de sua vida.

Mezan desembarcou em Paris em 1977, justamente quando eu estava voltando para o Brasil, depois de ali ter morado por onze anos. Curiosa coincidência. Mas não é isso que importa aqui, e sim seu belo texto, que fala do bom encontro e da gratidão. Após a inveja no capítulo anterior, trata-se aqui de gratidão. Aqui, mais uma vez ele parte de uma contextualização histórica para nos ajudar a entender o momento que atravessavam a Psicanálise francesa e a brasileira. Na França, após as duas importantes cisões desencadeadas por Lacan com dez anos de intervalo, a “batalha dos cem anos” começava a se acalmar, e o diálogo entre as diferentes correntes da Psicanálise se tornava novamente possível, como podemos constatar na revista *Confrontation*, fundada na época por René Major.

Enquanto isso, no Brasil começavam a ser questionados tanto o monopólio da IPA no que diz respeito à formação dos analistas quanto a predominância teórica e clínica do kleinismo. Esse duplo movimento criou espaço para a criação do Sedes, que virá oferecer uma formação menos rígida e mais heterodoxa, mais aberta ao pensamento de outros autores, entre os quais a escola francesa. E como em Psicanálise é a transferência que move montanhas, será graças à assumida transferência de Mezan com ele, e a convite do Sedes, que Conrad Stein veio ao Brasil, onde passou a ser um autor bastante conhecido e reconhecido. E não é para menos, já que aqui trabalhou intensamente durante duas semanas, transmitindo seu estilo de escuta e inventividade clínica numa maneira simples e direta. O sucesso foi tamanho que, ao mesmo tempo que seus livros iam sendo traduzidos, foi convidado a voltar no ano seguinte para participar de um Congresso no Rio de Janeiro.

Falei em gratidão, e a de Mezan para com seu professor é explícita, visto que o artigo termina dizendo que todo aquele que se dispuser a seguir o caminho aberto por Stein em seus textos, nascidos de um profundo compromisso com a Psicanálise, não terá como não ser marcado por ele. Obrigado, Conrad! diz Mezan; obrigado, Renato!, digo eu.

O texto seguinte é ele também dedicado a Stein. Seu título é “Prazer de criança: sobre o vínculo entre sublimação e identificação”, e é a tradução de um texto publicado originalmente em 2004, num livro organizado por Danièle Brun por ocasião dos seus oitenta anos e intitulado *L'écriture et la parole: mélanges en hommage à Conrad Stein*. Logo no início deste texto, o autor se posiciona eticamente, afirmando que, embora não tenha se tornado um steiniano (ainda bem, pois esse é um vício das ciências humanas em geral e da Psicanálise em particular), assume que ele foi uma das influências mais fortes e fecundas sobre seu estilo de trabalho. É o que eu chamo de transmissão bem-sucedida. O título que lhe veio à mente foi “Uma rosa para seu aniversário”, fruto de uma percepção sobre seus próprios processos psíquicos, o que não deixava de ser uma identificação com o método do mestre, mas para fazer disso algo singular.

Dito isso, ele se lança na importância da música na sua vida, cujo amor lhe foi transmitido por sua mãe, boa pianista. Depois de ter parado de tocar piano durante muitos anos, Renato retoma o estudo desse instrumento, e adivinhem quando? Depois que se tornou pai, não apenas tocando para seus filhos, como de certo modo compondo para eles, ou melhor, escrevendo letras divertidas para eles sobre melodias do repertório clássico. Prazer assumido e partilhado com seus filhos. É esse prazer partilhado, esse reencontro com a própria infância que lhe permite terminar pelo que segue: “Eis aqui meu presente para Conrad Stein: o presente de um menino para outro menino, feito com esses brinquedos de adulto que são a Psicanálise e a escrita. É também um movimento de gratidão, pois, ao contrário da inveja, que visa a privar o outro daquilo que lhe causa prazer, a gratidão consiste em saber receber do outro aquilo que

o outro pode nos dar, e gozar com isso”. Não seria essa uma maneira de dizer que o que Mezan herdou do “pai” soube fazê-lo seu?

Chego agora à quarta parte – Leituras, diálogos. Pouco tenho a acrescentar àquilo que disse no início desta resenha, ou seja, que fiquei profundamente tocada pelo cuidado com o qual ele lê o que escrevem seus colegas, mestres ou alunos. Talvez, se tivesse lido esses prefácios e pequenos ensaios um a um, eles não teriam produzido o mesmo efeito sobre mim. Assim reunidos, revelam um estilo, um estilo generoso, curioso com a produção de seus pares, a quem “escuta” com a mesma atenção, interesse e respeito com que escuta seus pacientes. Sorte dos que puderam usufruir de uma de suas resenhas!